

RELATÓRIO

Gestão Integrada de Riscos

**Descrição da
Estrutura de
Gerenciamento**

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E CAPITAL**INDICE**

1. OBJETIVO	3
2. DECLARAÇÃO DE APETITE A RISCOS	3
3. RISCO DE CRÉDITO	5
4. RISCO DE LIQUIDEZ	6
5. RISCO DE MERCADO	8
6. RISCO OPERACIONAL	11
7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	14
8. GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS	17
9. GESTÃO DE CAPITAL.....	20
10. GOVERNANÇA DE RISCOS	21
11. COMUNICAÇÃO.....	26

1. OBJETIVO

O objetivo deste documento é estabelecer a estrutura de gerenciamento integrado de Riscos e Capital do Banco Semear S.A. O documento está em conformidade à Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil (BACEN), de 23/02/2017.

A gestão integrada de riscos e capital é o conjunto de atuações necessárias, a todos os níveis da Organização, para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos visando garantir a realização dos objetivos da Instituição.

A atividade de riscos se rege por princípios alinhados à estratégia e ao modelo de negócio do Banco Semear S.A e contempla devidamente as recomendações dos órgãos supervisores, reguladores e as melhores práticas do mercado.

- Cultura de Riscos: A disseminação da cultura de riscos no Banco abrange todos os colaboradores e tipos de riscos. Esta cultura contempla valores, habilidades e atuação frente aos riscos que se integram em todos os processos, especialmente na tomada de decisão, de gestão de mudança e de planejamento estratégico e de negócio;
- Patrocínio da Alta Direção: Para uma adequada, eficiente e eficaz gestão de riscos é essencial o apoio e envolvimento de toda a estrutura de governança da Instituição;
- Independência do Departamento de Gestão de Riscos: O Departamento de Gestão de Riscos possui autonomia, independência e isenção como premissas de uma atuação transparente, cujo controle se dá de forma centralizada oportunizando a gestão descentralizada como poderemos observar em nossas linhas de defesa no gerenciamento de riscos.

2. DECLARAÇÃO DE APETITE A RISCOS

A Declaração de Appetite aos Riscos ou Risk Appetite Statement (RAS) é um documento que inclui uma série de parâmetros e limites que expressam em termos qualitativos e quantitativos a máxima exposição a riscos que o Banco Semear S.A esteja disposto a assumir.

A partir da declaração, foram definidos cinco pilares:

- Pilar de capital: estabelece que o Semear deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de forte estresse, sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis.
- Pilar de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deva suportar períodos de estresse.
- Pilar de composição dos resultados: define que os negócios são focados para que o Banco tenha uma gama de clientes e produtos, com baixo apetite por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito.
- Pilar de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos

principais eventos de risco operacional, bem como por meio do estabelecimento de uma estrutura de Gestão de Continuidade de Negócios;

- Pilar de compliance: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto aos clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Alocação de Capital e do Chief Risk Officer (CRO).

O Apetite ao Risco do Banco Semear S.A é conservador e deverá acompanhar a capacidade que a instituição possui em assumir riscos, sem comprometer o cumprimento de seu planejamento estratégico.

Os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Banco Semear S.A no dia a dia para a tomada de decisão são: Sustentabilidade e Satisfação dos Clientes.

A visão do Semear é ser o melhor em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio.

Norteadores corporativos do apetite de risco:

- **Responsabilidade do conselho e da administração.** O Conselho de Administração da Instituição é o maior responsável pela fixação do apetite de risco e seu sustentáculo regulatório, bem como pela supervisão de sua conformidade.
- **Visão integral do risco.** Contraste e questionamento do perfil de risco. O apetite de risco considera todos os riscos significativos, aos quais, a Instituição está exposta, permitindo uma visão agregada de seu perfil de risco por meio da utilização de parâmetros quantitativos e indicadores qualitativos. Permite ao conselho e à administração questionar e assimilar o perfil de risco atual e previsto nos planos de negócio e estratégicos e sua coerência com os limites máximos de risco.
- **Estimativa futura de riscos** O apetite de risco considera o perfil de risco desejável atualmente e em médio prazo, levando em conta tanto as circunstâncias mais prováveis com os cenários de estresse.
- **Vinculação aos planos estratégicos e de negócio e integração na gestão.** O apetite de risco é uma referência no planejamento estratégico e de negócio e se integra na gestão.
- **Revisão periódica, verificação contínua e adaptação às melhores práticas e requisitos regulatórios.** A avaliação do perfil de risco da Instituição e sua verificação em relação às limitações fixadas pelo apetite de risco deve ser um processo interativo. Devem ser estabelecidos os mecanismos adequados de acompanhamento e controle que asseguram a manutenção do perfil de risco dentro dos níveis fixados, bem como a adoção das medidas corretivas e atenuantes necessárias em caso de descumprimento.

3. RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou pelas contrapartes conectadas, de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; da reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento do Risco de Crédito no Banco Semear S.A. atende às exigências regulatórias, bem como, às melhores práticas do mercado.

O risco de concentração é um fator essencial na gestão do risco de crédito e sendo assim é controlado de forma contínua. Aspectos como setor econômico, concentração de risco em determinados grupos de clientes e produtos, são avaliados periodicamente como parte do exercício de Apetite ao Risco.

O Risco de Crédito é avaliado por meio de algumas medidas, sendo as principais: Credit Scoring, Credit Rating, teste de estresse, dentre outros:

Credit Scoring

O principal modelo para crédito utilizado pelo Banco Semear S.A. é o Credit Scoring. O modelo Credit Scoring é utilizado para determinar se o tomador é merecedor (pautado em parâmetros internos e externos) ou não de crédito e, além disso, quantificar a assistência máxima a ser concedida, a partir da ponderação de score do cliente considerando a situação econômica financeira, administração/ sócios, garantias, experiência interna e avaliação do mercado de atuação.

Credit Rating

O Banco Semear S.A utiliza o modelo de Credit Rating para classificar o risco da operação, conforme definições da Resolução nº 2.682/98 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a classificação e constituição de provisão para as operações de crédito, sendo que o Rating por atraso é soberano, ou seja, sobrepõe toda e qualquer classificação técnica realizada.

Testes de Estresse

As perdas esperadas de cada segmento e produto são projetadas anualmente, com revisões semestrais, e compõem o orçamento anual. Nessas projeções e revisões, são consideradas simulações de condições extremas - testes de estresse - englobando variáveis macroeconômicas, alterações das condições do mercado e liquidez. A metodologia aplicada é a rolagem das carteiras pelas faixas de atraso atualizadas pela produção esperada, aplicando-se as taxas de provisão regulamentadas e/ou recomendadas para suportar os créditos envolvidos.

Políticas

As Políticas de Risco de Crédito visam assegurar padronização nas decisões institucionais, aperfeiçoamento da administração do risco de crédito, garantia da integridade dos ativos de crédito, dos

níveis adequados de riscos e perdas, dos padrões de qualidade, bem como, do resultado do Banco Semear S.A.. Essas tratam do retorno ajustado ao risco, dos percentuais máximos de comprometimento do Patrimônio de Referência - PR, dos limites máximos de concentração, do processo de análise de risco de crédito, do deferimento de operações e das auditorias dessas práticas. Tais políticas de crédito são específicas a cada segmento em que o Banco opera, nas quais são explicitados, alçadas de aprovação, sistemas operacionais, rotinas, limites operacionais, vedações, revisão e aprovação, dentre outras questões relevantes.

4. RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez deverá ser realizado considerando as seguintes diretrizes:

- Atender integralmente às disposições contidas nos dispositivos legais e reguladores, bem como, outros normativos vigentes que estejam relacionados com o gerenciamento do risco de liquidez;
- Evitar descasamentos significativos entre ativos e passivos do Banco Semear;
- Verificar tempestivamente as tendências do mercado e o impacto no fluxo de caixa do Banco Semear;
- Aperfeiçoar a relação entre risco e retorno;
- Assegurar a disponibilidade de liquidez suficiente para: Honrar saques de depósitos; Efetuar pagamentos de outros passivos nos respectivos vencimentos; Conceder empréstimos ou outras formas de créditos; Atender às suas próprias necessidades de Capital de Giro;
- Utilizar cenários mais severos nas análises, de maneira a prever o impacto no caixa da instituição, visando identificar as possibilidades de descasamentos;
- Estabelecer premissas sobre o comportamento das entradas e saídas de caixa do Banco Semear, com base em dados históricos, buscando sempre uma convergência entre os pressupostos utilizados nas predições com a realidade;
- Monitorar tempestivamente as exposições off - balance, e incluí-las nas análises de cenários;
- Estabelecer e manter o relacionamento com os detentores dos passivos, buscando manter a diversificação desses e garantir a sua capacidade de vender seus ativos;
- Rever frequentemente as premissas utilizadas na sua gestão de liquidez de maneira a determinar se elas continuam válidas;

- Buscar constantemente, novas fontes para o financiamento do crescimento dos ativos da instituição.

A metodologia é parte fundamental das nossas políticas, e deve atender às necessidades do Banco Semear S.A, às exigências regulatórias, bem como, às melhores práticas do mercado.

Análise do Fluxo de Caixa

A principal ferramenta de acompanhamento do risco de liquidez é a análise do “Fluxo de Caixa” projetado, que inclui todos os ativos e passivos expostos do Banco Semear.

Em relação aos ativos, deverão ser considerados diversos cenários de evolução da carteira de crédito e de liquidação dos instrumentos financeiros, levando em consideração as características de cada produto em relação aos seguintes parâmetros:

- Renovação;
- Perda;
- Antecipação;
- Atrasos.

Para os passivos, as premissas adotadas incluem as possibilidades de resgates antecipados - recompra de CDB's e também de rolagem das obrigações em valores menores do que o previsto. O principal objetivo da análise do fluxo de caixa é identificar possíveis gap's entre os ativos e passivos de maneira a evidenciar se a suficiência do caixa suporta as obrigações acordadas.

Plano de Contingência - Estratégias *Trigger*

As estratégias trigger são um conjunto de ações constituídas com o objetivo de minimizar impactos de crises de liquidez, sejam elas causadas por fatores internos ou por fatores externos. Serão acionadas quando o valor observado ou projetado da liquidez indicar níveis inferiores à Reserva Mínima de Liquidez estabelecida pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e sem tendência de reversão da posição.

O Plano de Contingência de Liquidez, concebido pelo Banco Semear S. A. prevê uma sequência lógica de fases, para as quais são definidas ações gradativas visando à recomposição de suas disponibilidades, conforme a seguir:

Fase 01 - Detecção de situação de crise de liquidez

Para a detecção de situações de crise de liquidez, o Banco Semear S. A. utiliza-se do monitoramento de indicadores de alerta precoce que objetivam prever situações em que a instituição possa encontrar dificuldades de honrar suas obrigações.

Fase 02 - Identificação das causas da crise de liquidez

- O Departamento de Tesouraria deve avaliar se os resultados apresentados pelos indicadores de alerta precoce constituem uma situação de crise de liquidez e conseqüentemente, avaliar suas causas e potenciais efeitos;
- As causas de crise de liquidez poderão ser tanto de origem intrínseca ao Banco Semear S. A., quanto de origem externa, ou ainda de ambas. Caracterizam-se como origens intrínsecas os descasamentos entre ativos e passivos, a frustração no recebimento de recursos, boatos negativos, etc.. Como origens externas, ressalta-se, a quebra de Instituição Financeira, o aumento dos saques para compensar perdas em outras instituições, a desconfiança dos investidores, entre outros. Em situações mais graves, podem ocorrer múltiplas origens, tanto internas quanto externas.
- Realizado o diagnóstico das causas e potenciais impactos, a Tesouraria e o Departamento de Gestão de Riscos devem comunicar prontamente à Diretoria a extensão da crise, propondo o nível de ações a serem adotados, os responsáveis e suas eventuais conseqüências.

Fase 03: Definição das ações a serem tomadas

Detectada uma situação de crise de liquidez e identificadas suas potencialidades, a Diretoria deve iniciar as ações retificadoras para a recomposição do caixa do Banco Semear S.A. Essas ações devem ser implantadas de acordo com a proporção de gravidade da crise de liquidez, estando todas essas descritas em relatório de acesso público aos interessados, de acordo com o nível de gravidade observado.

Independência da Estrutura de Controle do Risco de Liquidez

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez é independente e segregada das atividades de Tesouraria, ditas de negociação e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesse e resguardar a imparcialidade dos trabalhos realizados.

Sistemas de Gerenciamento

O Banco Semear S.A utiliza o sistema “Élin Duxus”, plataforma “Basiléia e Mercado” para o acompanhamento e gerenciamento do Risco de Liquidez.

Há ainda, a utilização do sistema legado, CRK, como ferramenta no acompanhamento das obrigações contratadas pela Instituição.

5. RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

Quanto ao risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB) ou em inglês Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB), também previsto no artigo 25 da resolução supracitada é definido como o risco atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de mercado no Banco Semear S.A. é norteado pelas seguintes diretrizes:

- Atendimento integral às disposições contidas na Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional (CMN), assim como todos normativos vigentes que versem sobre a matéria em questão;
- Adoção de posições consoantes às definições institucionais em relação aos riscos envolvidos nas operações, considerando para tanto, cenários mais severos de volatilidade e optando sempre por mecanismos de maior proteção para a instituição;
- Transparência no gerenciamento dos riscos de mercado, viabilizando o acesso público desta “Descrição da Estrutura de Gerenciamento” e de todas as metodologias adotadas para controle e acompanhamento dos riscos;
- Identificação prévia dos riscos inerentes a novas atividades e produtos, e consequente, viabilização da adequação de controle e monitoramento desses riscos;
- Acompanhamento das informações e tendências de mercado para subsidiar a medidas adotadas para a mitigação dos riscos;
- Solidificação dos processos internos de gerenciamento de Risco de Mercado a partir das recomendações do Banco Central do Brasil (BACEN), bem como, do Comitê de Basiléia;
- Adoção das melhores práticas de mercado através de benchmarking de processos e de sistemas adotados por outros Bancos;
- Adequado posicionamento da Estrutura de Gestão de Risco de Mercado ao porte e às características operacionais da Instituição.

As operações do Banco Semear S.A são classificadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, observando-se os padrões internacionais de segmentação, sendo a Trading Book de negociação e a Banking Book de não negociação.

Carteira de Negociação - *Trading Book*

A carteira trading book engloba todas as operações com instrumentos financeiros e de mercadorias, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos das carteiras bancária e de negociação, contendo cumulativamente, as seguintes características:

- Alta liquidez nos mercados organizados;
- Não estar sujeita à limitação de sua negociabilidade;
- Intenção de negociação (Giro);
- A negociação não deve estabelecer cláusula de recompra;
- Ao desfazer da posição o Banco se desfaz dos riscos envolvidos;
- Devem ser registradas em centrais de custódias ou no sistema de informações de Crédito do Banco Central do Brasil e;

- Que não estejam contabilmente registradas como títulos mantidos até o vencimento (Hold to Maturity) de acordo com os critérios da circular 3.068/2001 do Banco Central do Brasil.

Nota: A carteira de negociação do Banco Semear S.A, é composta por títulos da carteira própria de emissão do Banco Central do Brasil e Governo Federal.

Carteira Bancária – Banking Book

As operações que compõem a banking book, por eliminação, são aquelas geradas com intenção inicial de serem carregadas até o seu vencimento, sendo operações com objetivo de médio e longo prazo, tendo em vista um fluxo regular e pouco volátil de resultados.

Admite-se que as operações classificadas na carteira bancária venham, eventualmente, a ser cedidas em função da necessidade de liquidez do Banco Semear S.A, ou em virtude de mudança na sua estratégia de atuação.

O Risco de Mercado é avaliado por meio de cinco medidas principais: VaR - Value at Risk, Testes de Estresse - Stress Testing, Posições Marcadas a Mercado - Mark to Market, Sensibilidades e Testes de Aderência - Backtesting.

VaR - Value at Risk

A principal ferramenta utilizada para o acompanhamento do risco de mercado no Banco Semear S.A é o VaR, com níveis de confiança de 99% e com horizonte temporal de 10 dias úteis.

As volatilidades e as correlações são calculadas com base no modelo de alisamento exponencial mais conhecido por EWMA - Exponentially Weighted Moving Average, com o fator decaimento “ $\lambda = 0,94$ ”. Esse modelo permite que os dados mais recentes tenham maior representatividade sobre as volatilidades.

Além disso, cabe observar que possuímos no sistema de Gerenciamento de Riscos, plataforma “Basileia e Mercado” outras metodologias de VaR disponíveis como, por exemplo, Monte Carlo e Histórico (não paramétrico).

Testes de Estresses - Stress Testing

Os testes de estresse são ferramentas que visam identificar e gerenciar situações que podem causar perdas extraordinárias no valor da instituição. São realizados em condições extremas de mercado, inclusive com quebra de premissas, cujos resultados são considerados para rever as políticas e limites de adequação de capital, quando pertinente.

Trimestralmente, são verificados os impactos no valor de mercado das operações sujeitas ao risco de juros, com a utilização de choque compatível com o “1º e 99º percentil” de uma distribuição histórica de taxas de juros, considerando o período de manutenção - holding period, de um ano e o período de observação de cinco anos.

É estimada ainda, a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação, correspondente a 5%, 10% e 20% do PR.

Posições Marcadas a Mercado - Mark to Market

A instituição monitora as posições nos diversos fatores de riscos, através da metodologia de Marcação a Mercado - MtM, com o objetivo de identificar os verdadeiros valores dos ativos e suas respectivas exposições.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é realizada no mínimo, trimestralmente, ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico, com choques positivos e negativos na curva de juros, correspondente a 100, 300, 500 e 800 “pontos-base” para cada fator de risco, com objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras.

Teste de Aderência - Backtesting

O teste de aderência - Backtesting é realizado no mínimo, trimestralmente, com o objetivo de comparar a perda máxima estimada pelo VaR com o resultado efetivo incorrido pela carteira, para avaliação de acurácia do modelo VaR utilizado.

Limites de Exposição

Os limites de exposição serão ser aprovados e revistos semestralmente, ou quando:

- Forem extrapolados os limites estabelecidos;
- Ocorrerem condições de alta volatilidade no mercado que comprometam o cumprimento de dos limites estabelecidos;
- Diante de solicitação do Gerente de Riscos.

Independência da Estrutura de Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e segregada das atividades de tesouraria, ditas de negociação e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesse e resguardar a imparcialidade dos trabalhos realizados.

Sistemas de Gerenciamento de Risco de Mercado

O Banco mantém sistemas automatizados para medir o seu risco de mercado aderente a essa política. Tais sistemas são capazes de gerar relatórios tempestivos, para todas as operações, quer sejam, trading book ou banking book. Os sistemas adotados serão testados anualmente, pela Auditoria Interna, para avaliação de sua aderência às políticas e estratégias institucionais.

6. RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Tal definição, ainda explicitada na mesma resolução, inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e

a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Em complemento, na definição do acordo de Basileia, excluem-se do conceito os riscos estratégicos e de reputação.

O gerenciamento do risco operacional no Banco Semear S.A é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram um controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva.

Esse processo envolve diversas áreas, que possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente na mensuração e controle do risco operacional. O processo de gerenciamento, aprovado pelo Conselho de Administração, é também reavaliado anualmente, pela Auditoria Interna, conforme atribuições da mesma.

Para o acompanhamento e gerenciamento do Risco Operacional, o sistema utilizado é o Elin Duxus, o qual é testado com periodicidade mínima anual, para avaliação de sua aderência às políticas e estratégias da instituição.

A área de risco participa do processo de desenvolvimento e aprovação de novos produtos, na mensuração em relação aos limites previamente estabelecidos e na estrutura da rotina de monitoramento do risco operacional. Além disso, os riscos operacionais devem ser revisados anualmente ou de imediato, diante de alterações significativas em estruturas, processos, projetos e modelo de negócio.

A priorização dos riscos operacionais é traçada a partir do planejamento estratégico institucional, o qual define também os objetivos corporativos das áreas inerentes ao tema.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Banco Semear S.A. está segmentado sob dois enfoques, o qualitativo e o quantitativo.

Qualitativo

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas do Banco Semear S.A..

Todos os colaboradores fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na organização, estando comprometidos quanto à identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco Semear S.A.

O Banco Semear S.A entende que os riscos estão presentes em todas as atividades desenvolvidas e, independente do grau de criticidade desses riscos, eles devem ser submetidos a uma análise mais detalhada e criteriosa, elegendo ações preventivas e eficazes com o objetivo de mitigar ou até mesmo anular os efeitos negativos destes riscos.

Esta análise leva em consideração tanto a probabilidade de materialização de um risco quanto o seu impacto em caso de incidência. As duas análises determinam uma classificação final para o risco que poderá sofrer alterações dependendo da avaliação do controle existente, quando pertinente.

Quanto à probabilidade de materialização, há:

Probabilidade	Classificação
Remota	Baixa
Possível	Média
Provável	Alta
Certa	Crítica

Quanto ao impacto da materialização do risco, há:

Impacto	Classificação
Até R\$ 5 mil	Baixo
Entre R\$5 mil e R\$50 mil	Médio
Entre R\$50 mil e R\$500 mil	Alto
Maior que R\$500 mil	Crítico

De acordo com as classificações acima, determina-se a classificação do risco operacional, de acordo com a tabela a seguir:

Probabilidade	Impacto	Classificação
Baixa	Baixo	Baixo
Baixa	Médio	Baixo
Baixa	Alto	Médio
Baixa	Crítico	Alto
Média	Baixo	Baixo
Média	Médio	Médio
Média	Alto	Alto
Média	Crítico	Crítico
Alta	Baixo	Médio
Alta	Médio	Alto
Alta	Alto	Alto
Alta	Crítico	Crítico
Crítica	Baixo	Médio
Crítica	Médio	Alto
Crítica	Alto	Alto
Crítica	Crítico	Crítico

Quantitativo

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de Risco Operacional, a área identifica a origem de sua ocorrência e as associa com as linhas contábeis específicas do COSIF. Esta dinâmica permite a realização periódica de inconsistências quanto à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

Além disso, para atendimento ao disposto na Circular nº 3.383/08 do Banco Central do Brasil (BACEN), o Banco Semear S.A adota a Metodologia Padronizada Alternativa Agregada - ASA II, para calcular a parcela do RWAOPAD.

Sistemas de Gestão

O Gerenciamento de Risco Operacional na organização, conta com dois sistemas operacionais para viabilizar a efetividade necessária a esse, a saber, “Automatos” e a plataforma “Basiléia e Mercado” do fornecedor “Élin Duxus”.

No primeiro, “Automatos” são efetuados os registros de incidentes de natureza operacional, independente da ocorrência de perda financeira identificável ou não, e ainda, no caso do valor ter sido recuperado. Há a obrigatoriedade de que todos os eventos de perda decorrentes da materialização de riscos operacionais sejam devidamente registrados.

O segundo, plataforma “Basiléia e Mercado” do fornecedor “Élin Duxus” é imprescindível para o cálculo da parcela regulamentar de alocação de capital para a cobertura de perdas referentes ao Risco Operacional, RWAOPAD.

As perdas geradas pelos incidentes de Risco Operacional serão informadas à medida que aconteçam no sistema específico, responsável por viabilizar a captura e o acompanhamento destas. Enquanto que a contabilização dessas devidamente analisadas e validadas se dará de acordo com os Riscos Operacionais aos quais estiverem associadas.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento do Risco Socioambiental no Banco Semear S.A. obedece às diretrizes abaixo relacionadas:

- Monitorar os riscos socioambientais de acordo com as políticas relacionadas, as políticas relacionadas, que descrevem os procedimentos específicos a serem adotados;
- Incorporar continuamente, os princípios das políticas aos processos de gestão da organização;
- Promover melhorias na gestão por meio do diálogo com as partes interessadas;
- Incorporar as questões prioritárias dos índices de sustentabilidade à gestão;
- Manter tratamento diferenciado conforme o potencial de risco socioambiental;
- Comunicar informações pertinentes às partes interessadas de forma clara e transparente;
- Estimular o uso consciente dos serviços financeiros;
- Integrar questões de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na gestão de recursos de terceiros;
- Registrar dados referentes às perdas efetivas que decorram de processos judiciais ou administrativos contra si, em função de questões socioambientais;
- Observar as diretrizes e políticas corporativas de prevenção à lavagem de dinheiro e combate à corrupção;

- Aplicar critérios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental no processo de aprovação de produtos e serviços;
- Identificar oportunidades de negócio que promovam benefícios sociais e ambientais;
- Adotar procedimentos específicos para os produtos e serviços suscetíveis ao gerenciamento socioambiental, considerando, principalmente, as exigências legais, a capacidade do Banco Semear S.A. de identificar previamente a finalidade de utilização dos recursos financeiros pelos clientes, e a significativa exposição da Instituição ao risco socioambiental.

O Banco Semear S.A classifica as seguintes atividades como:

Atividades Proibidas

São atividades que contrariam princípios e valores do Banco Semear S.A:

- Atividades relacionadas à prostituição ou apelo sexual;
- Atividades relacionadas à utilização de mão de obra infantil em desacordo com a legislação;
- Atividades relacionadas a condições análogas às de escravo;
- Atividades relacionadas à exploração de cassinos, jogos de azar e negócios similares.

O Banco Semear S.A. não concederá crédito e não realizará qualquer tipo de operação comercial com empresas que desenvolvam atividades nas condições acima. Caso alguma empresa, após a concessão do crédito, ou contratação de qualquer tipo de operação, passe a desenvolver atividades nas condições estabelecidas na Lista de Atividades Proibidas, o Semear tomará providências para o enquadramento na política.

Atividades Restritas

São atividades que representam maior potencial de risco socioambiental:

- Atividades de produção ou comércio de armas de fogo e munições;
- Atividades de extração e produção de madeira e produção de lenha e carvão vegetal provenientes de florestas nativas;
- Atividades pesqueiras;
- Atividades relacionadas à extração e industrialização de minerais ou vegetais nocivos à saúde humana, vegetal e animal;
- Produção de bebidas alcoólicas;
- Indústria fumageira e similares;
- Operações comerciais de corte de madeira;
- Extração e industrialização de asbesto/amianto;
- Fabricação, armazenamento e tratamento de materiais radioativos;
- Produção ou comércio de fibras de amianto;

- Produção ou Comércio de produtos que contêm PCB's (Bifenilos Policlorados do inglês polychlorinated biphenyl – composto químico proibido de elevada toxicidade e persistência ambiental), incluindo a fabricação de equipamento elétrico;
- Fabricação ou comercialização de Poluentes Orgânicos Persistentes (POP's).

Empresas que executem alguma das atividades classificadas como “Restritas” deverão apresentar os documentos legais necessários que respaldam a prática da mesma.

Adicionalmente, há algumas diretrizes, a seguir relacionadas, ditadas pelo público ao qual se direcionam:

Quanto às relações com o público interno

- Disseminar a cultura e promover práticas de valorização à diversidade e equidade no ambiente de trabalho, que privilegiem um bom clima organizacional;
- Incorporar princípios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental aos treinamentos dos colaboradores da instituição;
- Contemplar critérios de sustentabilidade nos processos de avaliação de resultados e remuneração.

Quanto às relações com fornecedores

- Avaliar e monitorar os requisitos para contratação de fornecedores, de forma que atendam aos princípios desta política;
- Promover o desenvolvimento dos fornecedores com relação à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Quanto às relações com clientes

- Adotar práticas que estimulem seu envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, junto aos clientes;
- Orientar os clientes para que utilizem conscientemente, produtos e serviços financeiros;
- Desenvolver e oferecer produtos e serviços de acordo com o perfil dos clientes.

Quanto às relações com a sociedade

- Manter permanente e ativa sua agenda de comprometimento com os principais desafios do desenvolvimento sustentável das comunidades em que o Banco Semear se faz presente;
- Apoiar mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
- Compartilhar conhecimentos sobre educação financeira, contribuindo para o desenvolvimento do tema na sociedade;
- Estimular o trabalho voluntário em benefício da sociedade.

Quanto ao Meio Ambiente

- Promover a eficiência no consumo de energia e dos recursos naturais;

- Promover a gestão e destinação adequada dos resíduos gerados em suas atividades internas;
- Adotar critérios de preservação da biodiversidade no gerenciamento de riscos e oportunidades.

Quanto às relações com investidores

- Fornecer informações financeiras e não financeiras que permitam aos investidores avaliar todas as dimensões de atuação da Instituição;
- Estabelecer boas práticas de governança corporativa, reconhecidas pelo mercado.

8. GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

A Gestão de Continuidade de Negócios é um processo holístico de gerenciamento que identifica potenciais ameaças à Organização e os impactos que elas possam causar às operações de negócios. Ele provê uma base para a construção de estratégias com a capacidade de uma resposta efetiva para resguardar os interesses dos principais envolvidos, a imagem, a reputação e os valores corporativos.

O Banco Semear, S.A. prevê meios que permitam:

- Identificar as ameaças internas e externas que possam comprometer a continuidade das operações da Instituição;
- Identificar os possíveis impactos à operação decorrentes da concretização de tais ameaças;
- Identificar os requisitos para a continuidade dos negócios, incluindo os legais e os regulatórios;
- Estabelecer atribuições e responsabilidades das partes internas e externas à Instituição;
- Desenvolver estrutura de gestão e resposta às crises, suportada por níveis adequados de alçada e competência, que assegurem a comunicação efetiva às partes interessadas;
- Desenvolver processos e mecanismos que viabilizem a recuperação das atividades em caso de interrupção;
- Realizar treinamentos, testes e análises que garantam a manutenção e o bom funcionamento dos planos de continuidade.

Análise de Impacto nos Negócios (BIA)

É uma metodologia aplicada por meio de entrevista, em conjunto com a área, com o escopo de levantar o impacto no Banco, gerado por qualquer evento extremo de risco operacional que implique em risco de interrupção das funções de negócios da área. A BIA é composta pelas seguintes fases:

- Questionário a ser respondido pelo gestor da área avaliada - Para a realização de uma BIA efetiva, sempre deverá ser considerado o pior cenário possível. Todos os dados da BIA são insumos essenciais para a elaboração de um PCN. O questionário é o que nos traz a primeira classificação entre: Áreas Críticas e Áreas não Críticas;
- Levantamento de processos da área por identificação de função de negócio e relação das interdependências entre as áreas e fornecedores;

- Análise das necessidades quanto à recuperação. A análise das necessidades de recuperação deve levar em conta os recursos tecnológicos, registros, equipamentos etc., os quais são direcionados pelos gestores às respectivas áreas de Suporte.

Nessa fase, as áreas são classificadas quanto ao grau de acionamento e prioridade de recuperação em caso de crise, que estarão entre Nível 1 (mais crítico) a Nível 4 (menos crítico), dependendo do grau de dependência para áreas que causem maior impacto ao Banco Semear, quando ocorre uma crise.

A BIA será revisada anualmente ou, de imediato, mediante mudança significativa na Instituição quanto à sua governança ou processos críticos.

Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

O PCN tem como premissa a retomada das funções vitais da Organização em local alternativo ou não e no prazo máximo definido pelas respectivas áreas, de forma a proteger as pessoas, preservar a imagem, minimizar as perdas de negócios e danos operacionais, prover a retomada das operações, oferecer subsídios para que as áreas possam cumprir seus compromissos com os stakeholders em contingência.

O PCN (Plano de Continuidade de Negócios) deve descrever as medidas a serem adotadas pelas áreas quando ocorrer alguma crise. O objetivo é organizar, orientar, facilitar, agilizar e padronizar ações de controle e combate de qualquer evento que implique em risco de paralisação das funções de negócios da área.

O PCN deve ser revisado anualmente ou sempre que ocorrer alterações significativas nas áreas, e verificar se eles refletem as mudanças nos processos de negócios ou suporte e na tecnologia aplicada em processos críticos.

De acordo ao Banco Central do Brasil, a qual dispõe sobre a implementação de estrutura de risco operacional, torna-se obrigatória a existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade de negócios das atividades e para limitar faltas graves também decorrentes de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento da Organização.

Portanto, todas as áreas do Banco Semear que tiverem algum serviço crítico prestado por empresas terceiras devem ter um PCN para este serviço, ou exigir o mesmo em contrato do fornecedor e esta dependência deve ser apontada no questionário de BIA da área.

No caso do PCN ser exigido do fornecedor, o acionamento deste deverá estar descrito também no PCN da Área.

Treinamento

O Departamento de Gestão de Riscos por meio da capacitação e disseminação de sua cultura à Organização tem a responsabilidade em garantir o treinamento dos gestores e colaboradores quanto à sua habilidade de gerenciar interrupções de negócios, bem como compreender a mudança na interdependência entre as áreas nestes casos.

Os treinamentos serão realizados anualmente e ao longo do ano, o Banco Semear, por meio do Departamento de Gestão de Riscos promove ações de disseminação da cultura e conscientização.

Testes e tratamento de falhas

O PCN deve ser testado anualmente, ou após uma grande mudança. Os testes devem ser documentados e as evidências armazenadas em arquivo eletrônico. Os resultados devem ser informados às Diretorias envolvidas e ao Departamento de Gestão de Riscos.

O Departamento de Gestão de Riscos controlará a solução das falhas constatadas nos testes, visando aprimorar os procedimentos adotados. Os gestores das áreas serão os responsáveis pelo tratamento das respectivas falhas através da elaboração de planos de ação para as áreas de Suporte.

Gestão de Crises

É um processo que identifica e avalia eventuais ameaças e situações de crise, coordena a comunicação interna e externa e centraliza a forma de agir, por meio de equipes e procedimentos que visam responder de forma efetiva para garantir a sustentabilidade da Instituição, bem como para proteger a integridade de seus colaboradores, patrimônio e negócios.

A Gestão de Crises é suportada pelo Plano de Administração de Crise dos cenários de riscos, aos quais, o Banco Semear considera-se exposto.

Estratégia de Recuperação e Retomada dos Negócios

Para garantir o seu pleno funcionamento, o Banco Semear estabeleceu a estratégia de disponibilizar um site alternativo visando à retomada dos seus processos críticos, em situações de crise que impossibilitem a utilização de seu site principal.

Em caso de acionamento do Plano de Continuidade de Negócios devido à indisponibilidade de acesso ao site principal do Banco Semear, a Instituição conta com um site de contingência localizado em ponto estratégico e de fácil acesso, provido de ambiente devidamente preparado para suportar 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os acessos aos aplicativos, de uso rotineiro das áreas responsáveis pelos processos críticos.

O acesso ao site de contingência é controlado e limitado aos colaboradores participantes do Grupo de Pessoas Chave definidos no Plano de Continuidade de Negócios.

Além do Grupo de Pessoas Chave, os colaboradores das áreas de Suporte e de Gestão de Riscos também poderão acessar ao site de contingência.

O Banco Semear possui 2 (dois) serviços de Data Centers, compreendidos como o Principal e o de Contingência, ambos com a finalidade de suportar seus negócios. Foram concebidos em ambientes duplicados, com equipamentos configurados para suportar seu negócio.

Em face aos cenários dos riscos que envolvem pandemias, desastres naturais, desastres físicos e distúrbios civis, estes são monitorados atentamente por meio de canais digitais, em tempo real para que a tomada de decisão pelo acionamento da contingência seja eficiente.

9. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de Gerenciamento de Capital é independente e segregada das atividades relativas à administração de recursos de terceiros e auditoria, de forma a evitar conflitos de interesse e resguardar a imparcialidade dos trabalhos realizados.

Com o intuito de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

O Banco Semear S.A. em seu gerenciamento de capital adota uma postura de antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Desta forma, compete a esta política:

- Assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital do Banco Semear S.A. com os sistemas, rotinas e procedimentos adequados;
- Garantir que o Banco Semear S.A. implante e mantenha processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Manter adequado o capital regulatório do Banco Semear S.A., em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador – Acordo de Basiléia;
- Garantir que os processos de gerenciamento de capital do Banco Semear S.A. cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão;
- Identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente a cerca dos limites de exposições aceitos;
- Estabelecer o plano de contingência de capital atribuindo responsabilidades, estratégias e procedimentos para enfrentar situações de estresse;
- Realizar testes de estresse, os quais permitam avaliar o impacto decorrente de variações em parâmetros relevantes específicos no capital da instituição.
- Participar do processo de desenvolvimento e aprovação de novos produtos, na mensuração dos limites de capital, previamente estabelecidos para estes e na estruturação da rotina de monitoramento do capital necessário para estes.

10. GOVERNANÇA DE RISCOS

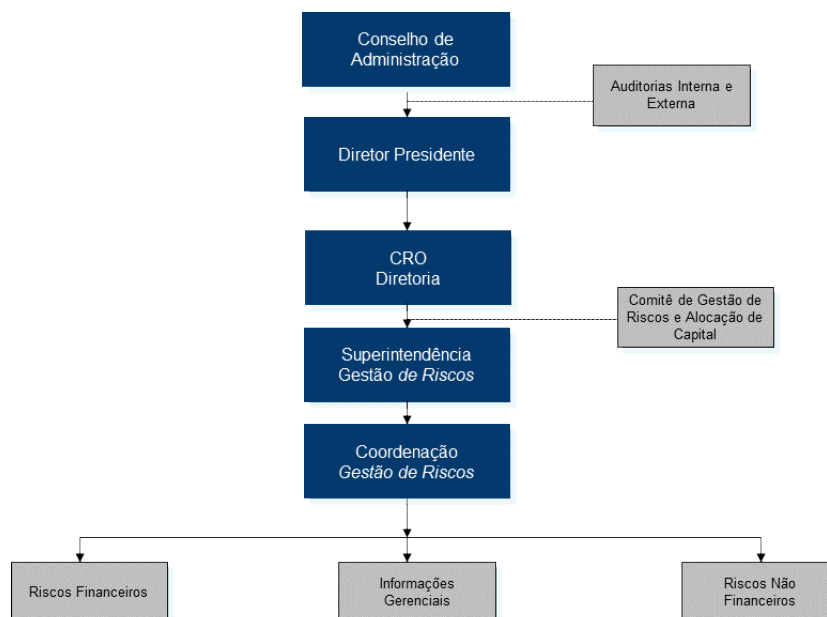
O Banco Semear S.A segue um modelo de gestão e controle de riscos baseado em três linhas de defesa.

A primeira linha de defesa abrange a gestão operacional do Departamento de Gestão de Riscos, o qual é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos. Nessa linha, a assunção ou geração de riscos deve se ajustar ao apetite e aos limites definidos.

A segunda linha de defesa é constituída pela função de controle e supervisão de riscos e pela função de Compliance. Esta linha zela pela conformidade e controle efetivo dos riscos e assegura uma gestão de acordo com o nível de apetite definido.

A terceira linha de defesa é a auditoria interna que provê ao órgão de governança e à alta administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da Organização. A auditoria interna subsidia avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

A estrutura organizacional de Gerenciamento de Riscos do Banco Semear S.A se dá conforme organograma funcional abaixo:



Quanto às atribuições e responsabilidades da estrutura de governança, seguem:

Atribuições Conjuntas: Compete conjuntamente ao Conselho de Administração, Comitê de Gestão de Riscos e Alocação de Capital, Diretoria Executiva da Instituição e ao Chief Risk Officer (CRO):

- Compreender, de forma abrangente e integrada, os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da instituição;
- Entender as limitações das informações constantes dos reportes relativos ao gerenciamento de riscos e ao gerenciamento de capital;

- c. Garantir que o conteúdo da RAS seja observado pela instituição;
- d. Entender as limitações e incertezas relacionadas à avaliação dos riscos, aos modelos, mesmo quando desenvolvidos por terceiros, e às metodologias utilizadas na estrutura de gerenciamento;
- e. Assegurar o entendimento, pelos diversos níveis da instituição, e o contínuo monitoramento dos riscos.

Conselho de Administração

- a. Fixar os níveis de apetite por riscos da instituição na RAS e revisá-los, com o auxílio do Comitê de Gestão de Riscos e Capital, da diretoria e do CRO;
- b. Aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos, as políticas e as estratégias de gerenciamento de capital, o programa de testes de estresse, as políticas para a gestão de continuidade de negócios, o plano de contingência de liquidez, o plano de capital, o plano de contingência de capital;
- c. Assegurar a aderência da instituição às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos;
- d. Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital;
- e. Aprovar alterações significativas, em decorrência dos riscos, nas políticas e nas estratégias da instituição, bem como em seus sistemas, rotinas e procedimentos;
- f. Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- g. Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição;
- h. Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- i. Estabelecer a organização e as atribuições do Comitê de Gestão de Riscos e Capital;
- j. Garantir que a estrutura remuneratória adotada pela instituição não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- k. Assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez.
- l. Aprovar cenários e indicar diretrizes para os testes de estresse.

Diretoria Executiva

- a. Aprovar e revisar anualmente as políticas e estratégias da instituição para gestão de riscos;
- b. Cobrar a inserção da sua responsabilidade nas informações divulgadas no relatório semestral de acesso público que descreve a estrutura de gerenciamento de riscos;
- c. Aprovar a indicação do Diretor Responsável pela gestão de riscos;
- d. Aprovar a definição da estrutura organizacional de implementação da gestão de riscos;
- e. Manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas;
- f. Aprovar a implementação dos processos, procedimentos e sistemas de gestão de riscos;

- g. Assegurar que a estrutura remuneratória adotada não incentive comportamentos incompatíveis com o nível de riscos considerado prudente nas políticas e estratégias da instituição.

Diretor Responsável pelo Risco e Gestão de Capital (CRO – Chief Risk Officer)

- a. Acompanhar e controlar o desenvolvimento, implementação e desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- b. Adequar a RAS aos objetivos estratégicos, políticas, processos, relatórios, sistemas e modelos da estrutura de gerenciamento de riscos da instituição;
- c. Prover subsídios e participar do processo de tomada de decisão estratégica em face ao gerenciamento de riscos e quando aplicável, ao gerenciamento de capital, em auxílio ao Conselho de Administração;
- d. Reportar regularmente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a evolução dos riscos;
- e. Não assumir responsabilidades relacionadas às áreas de negócios e de administração de recursos de terceiros;
- f. Fazer a interlocução entre a área gestora de riscos e o Conselho de Administração dos assuntos relacionados a riscos;
- g. Receber e analisar sugestões do Comitê de Gestão de Riscos e Capital, bem como acompanhar o seu desempenho regularmente propondo melhorias contínuas;
- h. Avaliar a aplicação da gestão de riscos e sua coerência com as estratégias definidas pela instituição;
- i. Servir de interlocutor no atendimento aos órgãos reguladores;
- j. Garantir investimentos através de recursos físicos, financeiros e tecnológicos para uma gestão eficiente de riscos.

Comitê de Gestão de Riscos e Alocação de Capital

De acordo com a Resolução 4.557/2017, as instituições enquadradas no Segmento 4 (S4) estão dispensadas de constituir Comitê de Riscos. Entretanto, o Banco Semeear S.A estabeleceu o Comitê de Gestão de Riscos e Alocação de Capital com reunião mensal. São atribuições dessa instância:

- a. Propor recomendações ao conselho de administração sobre aprovação e revisão das políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos;
- b. Assegurar a aderência da instituição às políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos;
- c. Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital;
- d. Aprovar alterações significativas, em decorrência dos riscos nas políticas e estratégias da instituição, bem como em seus sistemas, rotinas e procedimentos;
- e. Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- f. Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição;

- g. Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- h. Estabelecer a organização e as atribuições do Comitê de Gestão de Riscos e Capital;
- i. Garantir que a estrutura remuneratória adotada pelo Banco não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- j. Assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez;
- k. Avaliar adequação dos níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada;
- l. Supervisionar a atuação e o desempenho do CRO;
- m. Supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS;
- n. Avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas;
- o. Manter registros de suas deliberações e decisões.

Superintendência de Riscos e Controles Internos

- a. Elaborar, propor e manter atualizados as políticas, normas e metodologias voltadas à gestão de riscos, no mínimo anualmente;
- b. Propor estratégias e estruturas voltadas à gestão de riscos e encaminhá-las para avaliação do Comitê de Riscos e Capital;
- c. Avaliar e propor a aquisição de sistemas adequados à gestão de riscos;
- d. Apresentar ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital os riscos críticos envolvidos em cada processo;
- e. Garantir a aderência e conformidade das atividades de riscos com as normas, leis e regulamentos aplicáveis;
- f. Implementar, manter e divulgar o processo estruturado de comunicação corporativa interna e externamente;
- g. Elaborar e disseminar o teor desta política aos colaboradores, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços;
- h. Fazer a gestão efetiva do risco apontando as deficiências e, recomendando ações de controles que possam mitigá-los;
- i. Acompanhar junto às empresas e áreas do Banco Semear S.A a implementação das recomendações de controles;
- j. Acompanhar os trabalhos das auditorias interna, externa, e dos reguladores, garantindo que os apontamentos, quando pertinentes, sejam tratados e os riscos envolvidos mitigados.

Departamento de Gestão de Riscos

- a. Elaborar, propor e manter atualizados as políticas, normas e metodologias voltadas à gestão de riscos, no mínimo anualmente;

- b. Elaborar e propor as políticas, estratégias, limites, estruturas, metodologias e sistemas para o gerenciamento de capital, no mínimo anualmente, disseminando informações ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e, anualmente, para o Conselho de Administração e/ou Diretoria Executiva;
- c. Monitorar e comunicar a violação de limites à Diretoria, além das demais áreas afins;
- d. Realizar simulações de condições extremas (testes de estresse), intrínsecas e de mercado, sobre as projeções futuras de fluxo de caixa, nas posições ativas e passivas, inclusive da quebra de premissas, cujos resultados devem ser considerados ao estabelecer ou rever as políticas e limites para a adequação do capital;
- e. Realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas de forma a verificar a consistência das informações utilizadas no processo de apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Ativo Ponderado pelo Risco (RWA);
- f. Submeter os relatórios gerados à Diretoria Executiva e ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos de Alocação de Capital;
- g. Elaborar, com periodicidade mínima anual, o relatório de acesso público sobre a descrição da estrutura de Gerenciamento de Capital;
- h. Elaborar o resumo da descrição da estrutura de Gerenciamento de Capital a ser publicada em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais;
- i. Para todos os itens acima descritos, gerar relatórios contendo as informações necessárias à gestão de capital, na periodicidade diária, semanal e/ou mensal, de acordo com as necessidades legais e gerenciais.

Departamento de Planejamento e Gestão

- a. Elaborar as projeções de capital contendo a previsão de metas, principais fontes de capital e plano de contingência, em consonância com o planejamento estratégico do Banco, para um horizonte mínimo de 3 (Três) anos;

Departamento de Tecnologia

- a. Assegurar que a integração dos dados entre os sistemas legados e o sistema de controle de gestão de capital esteja em conformidade;
- b. Manter backup da base de dados gerada pelo sistema pelo período de 5 (cinco) anos;
- c. Assegurar a plena disponibilidade dos sistemas utilizados no Gerenciamento do capital, bem como atender as demandas geradas por inconformidades no sistema com agilidade.

Auditoria

- a. Verificar se as práticas de gestão de capital estão em conformidade com as políticas internas do Banco Semear S.A e com a Resolução CMN nº 3.988, de 30 de junho de 2011;
- b. Verificar e elaborar relatórios com resultados da avaliação independente da efetividade dos processos, dos sistemas, das rotinas e dos procedimentos do gerenciamento de riscos e capital.

Nota: Todas as demais instâncias do Banco Semear S.A complementam o papel das citadas anteriormente e são unidades indiretas de gerenciamento de capital.

11. COMUNICAÇÃO

No processo de gerenciamento de riscos são elaborados e disponibilizados relatórios e indicadores às áreas envolvidas na gestão e no controle de riscos, bem como a membros relacionados da Diretoria Executiva, dentro de uma periodicidade pré- estabelecida (diária, semanal, mensal ou anual), de acordo com o tipo de informação. Entre os diversos instrumentos de análises e monitoramento, podemos citar: Políticas e Instruções de Trabalho, Análise do colchão de liquidez e painéis com indicadores e informações institucionais sobre Risco Operacional, Gestão de Capital, Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez, Negócio Imobiliário e Responsabilidade Socioambiental.

Para a comunidade externa, o Departamento de Gestão de Riscos é responsável por disponibilizar em local público, de fácil acesso, os relatórios, cuja exigibilidade seja por previsão legal ou regulatória, tais como Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Relatório de Atendimento à Circular 3.678 do Banco Central do Brasil.

Todas as informações têm como objetivo acompanhar e divulgar os resultados da gestão de riscos e do ambiente de controles internos, assegurando o cumprimento das políticas de gestão estabelecidas e o adequado tratamento pelas áreas envolvidas. Estes relatórios são os principais meios de reporte à Alta Administração, Comitês e Supervisores, o que permite o conhecimento e evolução do modelo e seus resultados.

O processo de comunicação e informação atende às exigências dos órgãos supervisores, reguladores e integra a estrutura de Governança do Banco Semear S.A.